

Agregação e poder rural nas fazendas do baixo Jequitinhonha mineiro

Aggregation and rural power in farms of the lowlands of Jequitinhonha Valley in the state of Minas

Eduardo Magalhães Ribeiro *

Resumo: O baixo Jequitinhonha, situado a Nordeste de Minas Gerais, é uma região marcada pela concentração de terra. Depois da ocupação da região pelos pioneiros no século XIX, as fazendas apropriaram-se de grandes áreas; mas, ao mesmo tempo, concedia *chão de planta* aos seus moradores – os agregados –, permitindo a estes viver com abundância de alimentos. A partir daí construíram relações de reciprocidade e poder que se cristalizaram num mando fazendeiro forte e localista. Quando o sistema de agregação começou a desaparecer, na segunda metade do século XX, tanto a fazenda quanto as relações de dominação começaram a viver uma crise que dura até começo do século XXI. Mas sobreviveu na lembrança dos antigos agregados a ordem, o poder, as *benesses* e, sobretudo, o estilo da fazenda de gado: esta lembrança associa fazenda com abundância, política e poder; une, messiamicamente, futuro e passado, recriados numa permanente ressurreição da ordem fazendeira. Este é o tema deste artigo.

Palavras-Chave: Fazendas, agregados, trabalho rural, vale do Jequitinhonha

Abstract: Low Jequitinhonha, located in the northeast of Minas Gerais, is an area marked by land concentration. After the occupation of the area by pioneers in the XIX century, the farms appropriated large areas; but, at the same time, granted planting grounds to their residents – the aggregates -, allowing them to live with an abundance of food. From then on they built relationships of reciprocity and power that crystallized in a strong and localist farmer command. When the aggregation system began to disappear, in the second half of the XX century, the farm as well as the dominance relationships began to pass through a crisis that lasted until the beginning of the XXI century. These have survived, however, in the memory of the old ones aggregated to the order, the power, the benefits and, above all, the style of the cattle farm: this memory associates the farm with abundance, politics and power; it joins, messianically, future and past, created again in a permanent resurrection of farm order. This is the theme of this article.

Key words: Farms, aggregates, rural work, Jequitinhonha valley.

* Economista e historiador; professor adjunto doutor do DAE/ Universidade Federal de Lavras; pesquisador bolsista do CNPq; Caixa Postal 37, CEP 37200-000, Lavras, MG; e-mail: aureoemr@ufla.br

1. Passado

O baixo Jequitinhonha — definido aqui como a porção deste vale situada abaixo da foz do rio Araçuaí —, a Nordeste de Minas Gerais, é uma área marcada por grandes propriedades e pecuária extensiva. Sua ocupação por colonos remonta ao início do século XIX, e dois fatores explicam seu povoamento. Primeiro, a extraordinária fertilidade e a sanidade da antiga mata atlântica que a cobria, que a tornou um escoadouro do povoamento da região mineradora do alto vale do Jequitinhonha e do Sudoeste baiano. Segundo, a expansão do cacau no sul da Bahia desde o final do século XIX, que alavancou a introdução da pecuária na região e permitiu, já no século XX, a conquista de novos mercados na Bahia e no Norte de Minas Gerais.¹

A *abertura* das matas da região começou entre o início e o meio do século XIX, por famílias de agricultores *posseantes* com suas *lavouras de tocos*, que migravam para a região em busca da terra de mata, sadia e *descansada*. Mas a ocupação em grande escala ocorreu foi no final do século XIX, com o gado *curraleiro*; tangendo estes bois estavam baianos, que contribuíram para instalar uma sociedade baseada em pecuária e instituíram a grande fazenda de criação como um domínio modelar da terra.

Embora a ocupação da terra tenha ficado marcada pela fazenda, isso não significou ausência de pequenas explorações rurais e áreas de agricultura familiar. Elas existiram, apenas permaneceram sombreadas pela fazenda. De um lado, porque a pequena exploração deslocou-se pela região, perseguindo mais a fertilidade que a propriedade da terra, porque seu regime de exploração da terra nunca — ou muito raramente — transformava-se num sistema de apropriação fundiária. As famílias de *sitiantes*, *posseiros* e *coletores* da mata passaram pelo baixo Jequitinhonha, saídos da Bahia ao norte, ou do alto Jequitinhonha a oeste, procurando a boa e farta terra de mata para abrir suas *lavouras*. De outro lado, porque esses *lavradores* e *posseantes* não se fixavam, nem se registravam, nem sabiam ler e escrever, não eram *patrões* de ninguém, nem pagavam impostos ou recebiam atenção de *escritores* ou *funcionários*; por isto, a história da terra da região nunca registrou sua presença. Então, por conta dos vastos espaços que a pecuária demandava, a exploração rural foi associada à grande fazenda, mesmo quando ela não foi pioneira e instalava-se sobre terras expropriadas ou adquiridas a *posseiros*, que seguiam adiante numa sucessão de

¹ Sobre história e povoamento do baixo Jequitinhonha, consultar Tetteroo (1919), Maia (1936), Santos Filho (1957), Duarte (1972), Saint-Hilaire (1975) e Ribeiro (1996).

derrubadas/plantio/expropriação/empastamento/afazendamento que só iria acabar no extremo Leste, no Oceano Atlântico, ao fim dessa trilha e ao final da mata atlântica.

Esse processo colonizador, semelhante ao ocorrido em algumas outras regiões, contou com a força da fazenda e da política agrária baseada na privatização de terras, mas recebeu uma forte colaboração da fertilidade do meio e agiu em aliança com plantas exóticas que consolidavam a marcha e a lógica da fazenda. Assim, um dos principais recursos para a subordinação das terras e lavouras à pecuária foi uma gramínea de origem africana, o capim colonião, que se fixou admiravelmente às terras da região. O colonião invadia as lavouras recém-abertas e ocupava o chão das primeiras derrubadas de mata; chegava a alcançar 6 metros de altura ao final da estação das chuvas e fornecia uma extraordinária capacidade de suporte para animais, pois, comparado a outras gramíneas, em pasto de colonião chegariam a pastar o dobro ou triplo de cabeças de bois em engorda.²

Dos posseiros originais, parte ficou na própria região; ocuparam geralmente terras que não interessavam à fazenda, por serem pouco férteis, pouco sadias para a criação de gado, muito movimentadas para a formação de pastos. Outros seguiram adiante, na direção da barra do rio e do oceano, e fazendeiros se apropriavam titularmente das terras que lhes interessavam, através de compra da posse ou da grilagem mesmo. Outra parte, certamente uma grande parte, permanecia na própria terra, subordinando-se à fazenda, pela relação de agrego ou agregação. A história do baixo Jequitinhonha ficou marcada pela fazenda e agregação, e este é o tema deste artigo: analisar a relação entre agregados e fazendas, mediada por um meio generoso.

Este artigo é parte de pesquisas iniciadas no começo dos anos 1990 sobre terra, recursos naturais e relações de trabalho no vale do Jequitinhonha. O método de pesquisa consiste em pesquisa documental, entrevistas — por isso o recurso da memória aqui é tão importante, como se verá adiante —, visitas de campo com agricultores, vaqueiros, agregados e, naturalmente, pesquisa bibliográfica, compreendendo principalmente as monografias produzidas na própria região. As pesquisas de campo aconteceram em diversos momentos: 1994/1995, 1998/1999 e 2000/2001; em cada uma dessas ocasiões houve apoio de diferentes agências de pesquisa ou mediação: Capes, Fapemig, Cáritas de Almenara. Porém, mais que às agências, é necessário agradecer aos agricultores,

² Sobre a aliança entre colonos e plantas para ocupar determinado ambiente, ver Worster (2003); sobre os impactos do capim colonião e da pecuária nesta região, ver Cathoud (1936) e Ribeiro (1998).

assentados, vaqueiros, mediadores e fazendeiros que foram entrevistados na região: sua generosidade em partilhar conhecimentos tem sido, nesta empreitada, o maior aprendizado para o autor.

Antes de entrar no assunto, é necessário um alerta ao(à) leitor(a): alto e baixo Jequitinhonha são duas zonas completamente diferentes. O alto Jequitinhonha, definido aqui como a porção do vale situada acima da foz do rio Araçuaí, é marcado pelas unidades familiares rurais, pela vegetação de cerrado, por um povoamento originário da mineração. Baixo Jequitinhonha é a região das grandes fazendas, caracterizada pelas caatingas a oeste e pela vegetação de mata a leste, pela fertilidade da terra geralmente elevada e uniforme e por um passado, relativamente recente, de riqueza baseada em pecuária de corte.

2. Agrego

Poucos lugares em Minas Gerais tiveram uma presença e têm uma lembrança tão fortes da fazenda e da agregação quanto o baixo Jequitinhonha. Ser agregado ou ter agregados fez parte do cotidiano da maioria das famílias da região. Embora a agregação seja um sistema quase desaparecido no final do século XX, sua influência e traços continuam a ser marcantes. A tradição fazendeira é baseada em autonomia produtiva, independência política da fazenda e força pessoal. Num mundo rural que se acreditava agreste e adverso, a glória da fazenda foi dominar a mata, e a glória do fazendeiro foi usufruir deste domínio e, por meio do domínio da terra, subordinar outros homens.

As condições que propiciaram esta subordinação foram, sobretudo, históricas, porque supunha uma concepção de domínio da terra e recursos da natureza que mudaram no tempo, e só puderam existir dentro de determinado período. A agregação, como a fazenda, baseou-se na exploração da terra para lavouras em regimes de pousios longos e uma vida bastante frugal do ponto de vista do consumo material: daí é que vem as relações duradouras entre fazendeiros e agregados, a mobilidade espacial destes, e a simultaneidade da ruptura das relações de agrego com o esgotamento dos recursos naturais. História e meio, portanto, são duas variáveis fundamentais para entender a agregação, e Oliveira Vianna comentou isto com muito brilho: segundo ele, o agregado viveu da extração de recursos, sob um mando, com pouco trabalho e muita frugalidade, dentro da “*lógica*” — a expressão é dele — do regime sesmeiro; no latifúndio e sua forma específica de domínio fundiário o agrego era possível; noutras condições, seriam diferentes os seus traços.

Os autores que estudaram o rural não exportador brasileiro enfrentaram o tema da agregação, que foi freqüente em todas as regiões do Brasil, e não só no meio rural: os romances e as memórias da cidade do século XIX são repletos de referências aos agregados às famílias.³ Agregado existia associado à família, a essas extensas famílias rurais e urbanas, fazendo parte daquilo que Queiróz (1957: 204) denominou de sua “*periferia mal delineada*”, e que Carvalho Franco (1974: 104) considerava ser uma vida de favor, dispensável, dependente, produto “*das dádivas de seus superiores*”.

Estes, apesar de serem modos freqüentes de descrever o agrego, têm a limitação de vê-lo somente em função de uma família e um mando, espelhado nos outros, elidindo assim sua trajetória própria e circunscrevendo-a à dinâmica da família, da terra e da fazenda alheias. Assim, as relações de domínio são absolutizadas, e o agregado transforma-se numa existência reflexa de interesses dos outros. Daí vem as histórias dos agregados feitos eleitores, jagunços, defensores de divisas de terras, ganhando sentido a partir da humildade dos serviços que prestavam. Já Martins (1981: 35/36) situou o agregado noutra perspectiva: vinculou sua trajetória aos modos de apropriação da terra, que incluíram usos simultâneos ao domínio, tendo seus direitos reconhecidos como extensão dos direitos de fazendeiros. Segundo ele, entre fazendeiro e agregados eram estabelecidas relações de trocas, marcadas sobretudo pela reciprocidade, não somente pelo reflexo; aquelas fazendas não se explicariam sem aqueles personagens. Suarez (1982) e Woortmann (1987) também estudaram a fazenda da perspectiva das reciprocidades: elas colocam em dúvida o caráter estritamente comercial do empreendimento fazendeiro e a natureza utilitariamente mercantil da relação de agrego.

Além das sutilezas conceituais, agregado é um personagem complexo por ser definido por duas referências que a história tornou opostas: não tem terra e tem produção autônoma. Contraditórias, estas referências exigem uma descrição detalhada do que foi fazenda, sua relação com a terra, seus recursos naturais; só assim se alcança, numa perspectiva histórica, o que significou em cada época, terra, produção e trabalho. Tão radicais são essas diferenças que, até os anos 1960, para o pequeno lavrador, não havia muita diferença entre fixar-se na terra, possuir ou agregar-se; até, de vários pontos de vista, era melhor agregar-se a um fazendeiro, porque ingressaria num regime de proteção, receberia ofertas mais ou menos eventuais de trabalho e, principalmente, poderia mudar constantemente o local de

³ Isto pode ser visto em romances de Machado de Assis, Aluísio de Azevedo e Néelson de Farias; além disso, no memorialismo urbano, existem os excelentes relatos de Morley (1971) e Salles (1993).

sua lavoura, fazendo longos pousios dentro dos vastos limites da fazenda, o que garantiria um sustento abundante.

Não é possível, no entanto, fazer referência apenas à agregação, no singular, mas sim a agregações: foi uma relação que vigorou por muito tempo, porém com utilidades e formatos variados em lugares e tempos diferentes. Quando o sistema de agrego desapareceu e a terra ficou monopolizada para desfrute único de quem se tornou proprietário, como ocorreu nas últimas décadas do século XX, é difícil descobrir rastros e características da relação do agrego, que então parece ser uniforme.

3. Na fazenda do baixo Jequitinhonha

A formação da agregação no baixo Jequitinhonha e, em geral, em todo o Nordeste mineiro, está associada a cinco origens principais.

Primeiro, deve-se à herança para único herdeiro. Frequentemente, nesta região e no Sudoeste baiano, a terra da família rural, impedida de ser partilhada entre todos os herdeiros, terminava deixando filhos e genros agregados a um único filho, que recebia o domínio titular da herança. Este costume vem da antiga tradição portuguesa e medieval dos morgadios, que foi analisada por diversos autores brasileiros; morgadios produziam deserdados mas deixavam o patrimônio familiar intacto.⁴

Agregação deve-se, em segundo lugar, à proteção, que surgiu na segunda metade do século XIX, quando os colonos começaram a “matar aldeias” e as tribos de índios recorriam a senhores *fortes*, que estavam em condição de protegê-los; à proteção correspondia moradia para o perseguido, em troca de eventuais trabalhos nas roças e serviços gratuitos. E, em terceiro lugar, agregação associa-se à migração, pois fazendo lavouras em sistema de pousio, o lavrador precisava constantemente de mais terras, algo em torno de 10 a 20 vezes o tamanho da área que ele cultivava num ano; a expansão populacional, o esgotamento de terras, algumas secas, obrigaram os lavradores a migrar, e então, se a terra já estivesse privatizada no ponto de destino, apropriada pela fazenda, agregavam-se. Em quarto lugar, agregação deve-se à inclusão, pois depois que a família lavradora instalava-se numa terra o fazendeiro podia ‘*incluir*’ aquela área num domínio supostamente seu, e então, de posseiro, o lavrador tornava-se agregado. Por último, havia o serviço, que ocorria quando o

⁴ Sobre morgadio na sociedade rural brasileira, consultar Freyre (1969), Martins (1981) e Bacellar (1997); sobre esses casos no vale do Jequitinhonha, ver Ribeiro e Galizoni (2000).

trabalhador procurava trabalho e a fazenda o recebia como morador; com o tempo, a relação modificava-se, estabilizava-se numa série de trocas de favores, direitos, obrigações, deixando de ser apenas um contrato de trabalho.

A relação entre fazendeiros e agregados era flexível. O trânsito de agregados era livre, permitida a entrada e saída de uma para outra fazenda. A fazenda do Jequitinhonha, até por volta dos anos 1970, era uma organização policultora — praticava inclusive criação de gado — e produtora de quase tudo que consumia. Nela existiam graus variados de campesinação; entre outros, os vaqueiros, empreiteiros, gerentes e, principalmente agregados, eram lavradores que produziam seus próprios mantimentos, e mais que isso, eram famílias que extraíam da fazenda quase todos os bens que consumiam. Desse modo, a fazenda era como um conjunto de unidades camponesas, com alguma centralização de decisões e exigências mais ou menos bem definidas.

O começo da destruição da relação de agregação ocorreu entre as décadas de 1950/1970. Sua decadência é indicadora, junto com outros indicadores, do conjunto de transformações que aconteceram no rural. É sinal do desaparecimento das reciprocidades que ligavam fazendeiro e trabalhador, sinal de desagregação de relações costumeiras de troca, produção, uso da terra e de sistemas agrários. Associa-se ao esgotamento dos recursos naturais e às modificações do mercado nacional de trabalho.

Mas essas transformações não foram nem são suficientes para eliminar as lembranças das relações que existiram entre fazendeiros e agregados. Apesar de não ser definida em lei, a relação entre os dois foi pessoal, um acordo intransferível entre desiguais. Apenas a morte rompe essa relação e destrói este arranjo pessoal, firmado entre dois sujeitos com base em história e ajustes privados; por isso, enquanto sobrevivem agregados e fazendeiros existe a memória da relação de agregado.

4. Poderes

A fazenda desfrutou, e talvez simbolicamente ainda desfrute, de grande poder nessa região. Ela organizou-se como unidade de produção — de mantimentos e gado — mas também como fonte de poder e prestígio. Para compreendê-la melhor, pode-se repartir esse poder em suas manifestações internas à fazenda, e outras externas, na esfera da política, fora da fazenda.

O poder interno da fazenda foi originado do controle sobre a terra: o direito de ceder terrenos para plantio, a condição para proteger agregados, aceitar recebê-los em agrego, o poder de distribuir justiça dentro dos horizontes daquelas cercas de divisa; essas foram as bases do mando. É algo muito diferente do poder puramente econômico que existe na fazenda após as últimas décadas do século XX; é algo também muito mais complexo. Mas é um engano supor que esse poder fazendeiro era sustentado apenas pela capacidade da fazenda exigir de agregados; pelo contrário, era baseado sobretudo na capacidade de trocar, pois não eram apenas os agregados que cediam à fazenda e não era apenas trabalho, mas também a fazenda concedia — ou julgava, muito objetivamente, conceder — aos agregados. É uma relação de trocas desiguais, entre sujeitos postos em lugares diferentes nas hierarquias sociais e econômicas, mas é uma relação de trocas.

Os dons e as dádivas mediavam as relações na agregação, mesmo aquelas relações que vieram depois a tornar-se relações de trabalho. Aquilo que alguns agregados, movendo ações judiciais, viriam mais tarde a reclamar como direito, para o fazendeiro sempre foi doação: terra, moradia, alimento, extração. Da mesma maneira, aquilo que fazendeiros sempre consideraram uma retribuição obrigatória — obediência, fidelidade, respeito — muitos dos agregados depois viriam a considerar abuso, imposição, *impostoria*. Fazendeiros, patriarcal e patronalmente, acreditavam conceder direitos que não poderiam ser contabilizados em escala material porque eram dons, e dons não se avaliam: eram concessões dele ao *seu* povo, para manter viva a relação pessoal de trocas e reciprocidades.

A outra forma de manifestação de poder da fazenda do baixo Jequitinhonha era na política, que até meados do século XX foi importante, embora localista. Cada cidade era comandada por um chefe político, fazendeiro forte: Joáima, Jequitinhonha, Salto da Divisa, Pedra Azul... A característica principal desse poder era seu localismo: restrito ao município, controlador de áreas pequenas e, curiosamente, pouco dependente de outros poderes maiores. Esse poder político derivado da fazenda alcançava somente aquela área restrita ao conhecimento do chefe. Essa prática política era uma ampliação do poder pessoal dos fazendeiros, que tratavam a coisa pública como sua propriedade, usavam o poder legal como um recurso pessoal e, principalmente, usavam do poder para doar, do mesmo modo que usavam suas fazendas. Existem centenas de exemplos de obras municipais e públicas tocadas com os recursos privados do chefe político: escolas, hospitais, prédios; é evidente que existem também centenas de exemplos de obscurantismo

de chefes locais; mas o que se argumenta aqui é que este foi um poder realizador — para o mal ou o bem —, e não simplesmente dependente de outros poderes.⁵

Depois de duas décadas de centralização política dos governos militares, depois da unificação dos mercados nacionais e da revolução verde na agricultura, as duas formas de manifestação de poder da fazenda esgotaram-se ou, pelo menos, foram profundamente restringidas. O prestígio pessoal de fazendeiros dificilmente continuou a apoiar-se na capacidade de fazer concessões, a política municipal ganhou universalidade e perdeu especificidade ao subordinar-se à política geral e aos recursos vindos majoritariamente dos governos centrais. Mas é preciso reparar que o sistema antigo da fazenda deixou nessa região marcas muito fundas, de modo que em centros urbanos como Almenara e Jequitinhonha manifestam-se demandas inspiradas no estilo antigo, e dificilmente os políticos locais conseguiriam estabelecer atitudes que poderiam ser definidas como *modernas* com seu eleitorado. Essa é uma das mais pesadas heranças que a antiga fazenda legou ao futuro.

5. Lembranças

Analisando as lembranças num estudo que se tornou um clássico, Ecléa Bosi afirma que memória não é sonho: é trabalho. O que é lembrado, guardado e narrado não é exatamente o acontecido; pelo contrário, ênfases, lacunas, ordem e duração dos assuntos são organizadas de tal modo que podem explicar o que se lembra, porque lembra, porque as lembranças foram organizadas naquela determinada ordem.⁶

Por isso, lembrança é um material difícil de ser organizado como fonte para a história. Seu recorte e organização, a relevância dos acontecimentos dentro da narrativa buscam alcançar um determinado efeito, pois ela não é uma massa fixa, mas uma matéria moldável, plástica, que varia com as situações vividas, de tal modo que, provocada pelo

⁵ Sobre mando local, ver Queiróz (1957); informações sobre mando na região resultam de entrevistas, principalmente com Pedro Emílio de Almeida Peixoto, Otélino Sol, Isa Martins e Ney Soares; Maia (1936), Duarte (1972) e Sol (1980) analisam bem esse tema.

⁶ De acordo a autora, “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, ‘tal como foi’, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto das representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos da realidade e de valor.” (Bosi, 1979: 17)

interlocutor, pode ser refeita no momento, desfeita daquela ordem que se apresentara em outra ocasião, reformada para alcançar em certo ouvinte um determinado efeito. Lembrança tem uma qualidade diferente do documento escrito: a matéria da memória já é sutil na própria locução e seleção; não é estável como a matéria impressa e a imagem, que não são produzidas a partir de uma provocação; são menos plásticos, e o pesquisador, portanto, menos cúmplice da sua produção.⁷

A plasticidade da memória e da narração dificultam o uso das lembranças como fonte de pesquisa por, pelo menos, dois motivos. Primeiro: a memória não expõe uma “história pronta”, mas outra, recortada pelo gosto e experiência do lembrador, pela maneira como ele a organizou e pelos efeitos que pretendeu alcançar. Segundo: porque a forma como é recolhida distorce sua produção. Dependendo da pesquisa, da provocação que é feita ao lembrador, os resultados podem ser completamente diferentes. Inlui nisso a noção de tempo do pesquisador, suas referências culturais e geográficas, a direção que impõe ao diálogo.

Mas, nem por ser uma fonte filtrada, selecionada e editada pelo lembrador, a lembrança deve ser desprezada. Ela possui características específicas frente às outras fontes de pesquisa: a seletividade e a recorrência. A memória, afinal, não faz parte das lembranças apenas de um sujeito mas de toda a comunidade. Utilizando as lembranças como individuais e coletivas, o assunto deixa de ser o que lembrou, mas o porquê lembrou e lembraram, tanto solitária quanto conjuntamente, daqueles assuntos.

6. Passado e presente

Na Ilha-do-Pão, no baixo Jequitinhonha, em junho de 1994, uma senhora lembrava do passado e contava sua história:

A vida do mundo é repartida em três tempos. Primeiro foi o tempo farturoso, o tempo de Mário Martins, que todo mundo podia plantar seu mantimento, que não existia o poder dos ricos. Era o tempo que os chefes mandavam e o povo obedecia, que a família era unida, havia alimento para todo mundo, e não existiam as leis trabalhistas. Mário Martins era meio seguro, mas era muito bom para o povo dele, e era valentoso, tinha bastante jagunços, que eram os capangas dele, no lugar da

⁷ Sobre a análise de lembranças e narração, ver Benjamin (1986), Montenegro (1991), Thompson (1992) e também Bosi (1979). Segundo Benjamin, a narrativa é uma forma artesanal de comunicação: “Ela não está interessada em transmitir o “puro em-si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-lo dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.” (Benjamin, 1986: 205)

polícia. Ia transformar Jequitinhonha numa capital, se não tivesse morrido, porque era um grande homem. Ele civilizou os bugres. Reuniu todos em Guarani, no Farrancho, e dava facção, dava roupa, e dizia: ‘— Vai plantar suas rocinhas, meus filhos’, e a bugrada foi amansando, e aprendendo língua de gente, e foram tocando suas lavouras lá no Guarani, e sempre foram muito agradecidos a Mário Martins, porque aprenderam muita lei com ele. Depois que ele morreu, Jequitinhonha deu para trás, e até Almenara, que era um arruado besta, quer passar Jequitinha no tamanho.

Depois piorou, foi o tempo da política, que é esse tempo agora que veio depois da morte de Mário Martins. É o tempo do PMDB. O tempo que o pobre e o rico vivem desunidos, que o pai briga com os filhos, as roças não produzem nada, não existe família, nem respeito e o serviço dos homens não vale nada.

Mas tem o terceiro tempo, que agora virá, o tempo da salvação, o tempo de Lula, que vai acabar com a política e com o PMDB, vai fazer uma revolução. Lula vai mandar abrir de novo a Casa Colombo de Jequitinhonha, e expulsar de lá os políticos, igual Jesus expulsou os comerciantes do templo. Então, quem vai mandar é o Sindicato de Trabalhadores Rurais, e quem estiver com o Sindicato vai estar muito bem, porque irá receber poder de comprar a crédito, e mais aposentamento. O Sindicato já está fichando e organizando quem vai querer viver no bem, no tempo da salvação de Lula. Vai haver de novo terra para plantar e fartura, porque Lula vai acabar com as leis trabalhistas, o PMDB, os crentes e a dança indecente. Todo fazendeiro vai poder ter de novo na sua terra muita gente na agregação.

Esta interpretação do mundo, feita por uma lavradora, resume algumas das mais frequentes lembranças que acompanham as pessoas do campo do baixo Jequitinhonha: a relação de agregação, a fartura nas lavouras, a velha ordem fazendeira. Elas surgem desordenadas, como aparecem na vida. Dois de seus aspectos chamam a atenção.

Um: todas as mudanças que ocorreram, ocorrem ou ocorrerão nesse mundo vêm de fora, isto é, nunca permitiram que ela — a mulher que fala — contribuísse para alcançar essas mudanças. Ela sofre as mudanças ou se beneficia com uma transformação que será feita pelos outros, Martins, PMDB ou Lula. Qual papel a lavradora cumpriu e cumprirá nesses processos? Nenhum: recebe mudanças, não é agente de mudanças; aprecia as boas, que estão em acordo com seu gosto e costumes, em acordo com o modo como acredita que o mundo deva ser organizado.

Outro, segundo aspecto da fala: na comparação do passado com o presente, ela define o bom futuro como a volta do passado; sua história é circular.

Esses aspectos, tão claros na fala, estão presentes em tantas outras falas que têm como assunto a angústia de uma ordem do mundo que não funciona mais, e que deixa as pessoas que a viveram profundamente desenraizadas, pois escassez e desagregação, solidão e abandono foram os sentimentos herdados das fazendas; elas produziram uma ordem,

desabaram e deixaram na orfandade aqueles lavradores. A narradora destaca a glória de Mário Martins, o antigo coronel de Jequitinhonha, dono da Casa Colombo, que mantinha jagunços nas seteiras do seu sobrado esperando os inimigos; foi um chefe à antiga: mandou em Jequitinhonha com mão de ferro e guerreou, durante seu tempo de político, com as famílias adversárias. A glória desse tempo era a Casa Colombo não vender mantimentos, e sim manufaturas e insumos, peças e armas, pois os alimentos eram produzidos nas lavouras, com opulência, e mais uma vez por isso, o tempo de Martins é associado, além da ordem, à abundância.

Mas escassez e desagregação, solidão e abandono são também sentimentos produzidos pelas lembranças. Resultam do recorte que esta e outros lavradores fizeram nas recordações, da maneira como a lembrança foi repostada em ordem com liberdade, posicionando os acontecimentos e pessoas numa seqüência pessoal e local. O modo como as lembranças são organizadas descreve quem se lembra, elas são seletivas, recortadas a partir de critérios, e não por acidente foram colocadas naquela ordem precisa.

Pode-se então perguntar não pela consistência da lembrança — Mário Martins realmente eram um bom homem? O tempo do PMDB é pior? mas pela sua produção: por que foi posta assim, valorizada deste modo, ou criticada daquela outra maneira; por que ela associa Mário Martins e índios, passado e abundância? Estas perguntas abrem outro campo de exploração sobre a produção da lembrança — sua relação com a lembradora — e então explica suas circunstâncias: revela que ver a história da fazenda como um império do desmando é uma perspectiva muito limitada; mesmo quem a sofreu considera que ela foi mais eficaz que o governo que veio depois, que foi incapaz de repor o mundo em uma ordem lógica, conveniente para a narradora.

E é assim então que se percebe que houve um lugar para aquela mulher na sociedade de trocas de dons que foi a fazenda: um lugar sob um mando e uma ordem; podia não ser uma sociedade justa, mas a que a sucedeu foi muito pior. Assim, a memória e a lógica da fazenda persistem nessa região como a ordem possível, e o poder da fazenda orienta a forma como compreende o mundo.

As referências, relações, ordem e subordinação da sociedade fazendeira são as bases da melhor sociedade que foi possível, e, a partir dessas referências, esses antigos agregados procuraram reconstruir seu mundo, quando isso foi possível.

7. Cidades

Quando as fronteiras agrícolas da região se esgotaram, e quando o estoque de fertilidade monopolizado pelas fazendas desapareceu, o agrégio começou a entrar em crise. As trocas entre fazendeiros e agregados eram baseadas na existência de um manancial de recursos que permitia produção e coleta abundantes; a redução da fertilidade e das áreas de mata — que se expressou na queda dos indicadores de produtividade agrícola revelada pelos diversos censos agropecuários — liquidou as bases dessa relação. De outro lado, a sedução do mercado de trabalho urbano, que ofereceu salários e direitos a trabalhadores de reduzida qualificação no anos 1960/1970, mais a unificação dos mercados nacionais que destruíram o autarquismo dos mercados locais, contribuíram para esvaziar essas fazendas.⁸

No baixo Jequitinhonha, no correr das décadas de 1980 e 1990, um insistente trabalho de base da igreja católica e o empenho de lideranças corajosas de trabalhadoras rurais construíram a duras penas um movimento sindical de trabalhadores rurais independente. Enfrentando causas de agregados expulsos de fazendas, desafiando as manifestações do mando tradicional, esse movimento foi construindo, aos poucos, uma concepção nova e ativa do lugar do trabalhador rural na terra, na política e na história.⁹

Foi a partir dessas questões pontuais que a questão da terra emergiu nessa região. Mas, qual seria a reforma agrária possível e necessária quando a fazenda vive no imaginário de tantos dos trabalhadores rurais?

O florescimento do movimento sindical conduziu às conquistas de terras: grilagens antigas, disfarçadas de fazendas tradicionais, tornaram-se assentamentos; ocupações de terras conduziram à negociação para desapropriações; projetos públicos abandonados foram transformados em áreas reformadas; fazendeiros em dificuldades financeiras ofereciam terras para loteamento. Mas aí sempre existiram especificidades.

Uma delas, e que mais chama a atenção, é que raramente houve participação ativa dos beneficiários na conquista da terra. Ela deveu-se mais ao empenho dos mediadores — sindicatos, agências religiosas, organizações públicas — que da pressão organizada de lavradores. Assim, em boa parte dos casos, a reforma e os assentamentos acabaram por ser percebidos mais como uma dádiva, algo que se consegue sem intermediação dos

⁸ Sobre a crise da relação de agregação, consultar Ribeiro (1996).

⁹ Sobre as lutas das Comunidades Eclesiais de Base e do movimento sindical na região, ver Gomes (1997).

beneficiários, que as recebem como presente pessoal e ficam, por conseqüência, sujeitos a novas doações em retribuição. Tem, portanto, mais semelhança com os procedimentos dos chefes fazendeiros que com métodos de construção de cidadania.

Outra característica, marcante, é o trato dado à terra. Antigos agregados costumam ver no seu lote do assentamento a sua transformação em fazendeiros: referem-se assim aos seus lotes, colocam suas marcas de ferro em brasa nas porteiras dos lotes, criam os bois de engorda e cultivam o rompante fazendeiro. Isto não representa, em si mesmo, nenhum problema. Mas é um indicador da força da *cultura* — na acepção integral do termo — da fazenda, que incide onde poderia ou deveria estar uma *cultura* da agricultura familiar. A mentalidade fazendeira torna-se um problema quando se transforma em referência organizativa da agricultura reformada: então, padece com as soluções individuais, com a recusa tanto à ação direta quanto à ação sindical coletiva, com a cultura pesadamente coletora da antiga fazenda que leva a tratar os recursos naturais como privados e repetir — no curto prazo em que isso será possível — a trajetória de predação da fazenda.

Outro aspecto marcante é que boa parte dos assentamentos da região vive com a presença da fazenda mediando suas relações com o mundo. Num entorno formado por grandes propriedades, a vida no assentamento é um nicho, uma desigualdade, que sobrevive como anomalia e concessão, como uma forma marginal e a-histórica de regime agrário e organização produtiva. Nesse caso, não resta muita opção senão repetir a fazenda, uma vez que essa já é a cultura entranhada, uma vez que as formas coletivas e cidadãs de expressão ainda estão por ser ou serão construídas.

Por fim, essa natureza da agricultura reformada na região cria espaços a uma mediação — *libertadora*, pode-se até denominar — tão autoritária quanto a fazenda, pois mediadores podem trocar dons com lavradores na mesma lógica que era usada pela fazenda; embora seja uma troca feita por personagens diferentes uma troca de recursos diferentes, a lógica de concessão pode ser exatamente a mesma.

Assim, o peso da antiga ordem fazendeira fundamenta uma sociedade rural que difere pouco do mando do regime agrário anterior, embora sejam outras as relações de domínio da terra e titularidades. O *tempo da salvação*, o *tempo de Lula*, descrito pela lavradora citada páginas atrás, pode efetivamente repetir muitas das características da sociedade fazendeira: o bom da *salvação* é o retorno à velha ordem, com novos mandos repostos,

com os benefícios da terra de plantio, e com aquela e tantos outros lavradores postos na subordinação que sempre conheceram. Talvez por organizar assim tantas lembranças, estes antigos agregados continuem refratários à ação política autônoma, rejeitem as ações organizadas, desconheçam direitos, conservem um grande respeito pela velha ordem inspirada na fazenda. Assim, cidadania e contemporaneidade só poderão chegar a eles por meio dos outros, de Mário Martins a Lula.

Pela força que essas lembranças impõem à vida, os combates sindicais e populares na região tornam-se, também, muito específicos; e é esta especificidade que dá o tom às lutas que atualmente travam sindicatos e movimentos da região. Curiosamente, é muito raro que se trate de luta contra um adversário explícito — um determinado coronel ou um certo enfrentamento coletivo —, mas se combate uma cultura de subordinação e obediência, tão importante quanto a necessidade de conquista de terras, que todos os indicadores da região apontam ser absurdamente concentrada. E então, como não poderia deixar de ser, as frentes principais desses combates acabam por ser exatamente a busca por formas de expressão pessoal e política para os mais subordinados, entre os subordinados: as mulheres, os jovens, os idosos; e essas lutas estão se processando justamente nos campos da educação, do cotidiano e da cultura; é mais uma luta *gramsciana* que uma luta por ocupações ou conflitos por terra.

Refletir sobre a terra e a experiência da luta pela terra no baixo Jequitinhonha, por fim, produz ao menos duas lições. Uma, que a história regional sempre terá um peso muito forte na natureza, no caráter e no perfil da organização das lutas locais. Isso parece óbvio; mas se fosse, por que continuariam a ser formulados programas, propostas e políticas reformadoras tão absolutamente iguais para excluídos tão diferentes? Outra, que a admirável arquitetura do poder patronal rural brasileiro é extremamente sólida, mesmo na sua crise que se pode acreditar terminal. Mas a lição que persiste é que a história patronal tanto quanto pôde ser eficazmente construída, pode ser microscopicamente substituída, embora para isso seja fundamental saber que é necessário dar o mesmo peso à luta cultural que à luta pela terra; à luta por reforma da mesma forma que à luta por uma história onde caiba o lavrador subordinado.

Referências bibliográficas

- BACELLAR, C.A.P. *Os senhores da terra*. Campinas: Centro de Memória Unicamp, 1997.
- BENJAMIN, W. “*Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura.*” In: _____. *Obras Escolhidas*, v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: TA Queiroz, 1979.
- CARVALHO FRANCO, M.S. *Homens livres na ordem escravocrata*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1974.
- CATHOUD, A. “*Os bacuês de Imburana*”. Rio de Janeiro, *Boletim do Museu Nacional*, 12 (3-4), 1936.
- DUARTE, J. *Vultos sem história*. Belo Horizonte: s/n., 1972.
- FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala*. 14 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- GOMES, Z. *Cofre de lembranças*. Belo Horizonte: Canoa das Letras, 1997.
- MAIA, E.S. *Impressões de viagem de Belmonte a Araçuaí*. 2 ed. Taubaté: 1936.
- MARTINS, J.S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MONTENEGRO, A.T. “*História em campo minado (a memória popular revisitada)*”. Campinas, 1991. Tese (doutorado), IFCH/UNICAMP.
- MORLEY, H. *Minha vida de menina*. 11 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.
- QUEIRÓZ, M.I.P. de. O mandonismo local na vida política brasileira. In: _____. *Estudos de Sociologia e História*. São Paulo: Anhembi, 1957.
- RIBEIRO, E.M. *Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Contagem: CEDEFES, 1996.
- RIBEIRO, E.M. Vaqueiros, bois e boiadas. *Estudos sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro, n.11, 1998.
- RIBEIRO, E.M. e GALIZONI, F.M. Sistemas agrários e reprodução familiar: o caso dos lavradores do alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: GAMA, H. e COSTA, H. *População e meio ambiente*. São Paulo: SENAC, 2000.
- SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.
- SALLES, J. *Se não me falha a memória*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1993
- SANTOS FILHO, L. dos. *Uma comunidade rural no Brasil antigo*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1957.
- SOL, O.F. *Salto da Divisa e outras considerações*. Belo Horizonte: 1981.

SUAREZ, M. Agregados, parceiros e posseiros: a transformação do campesinato no Centro-Oeste. *Anuário Antropológico/80*. Fortaleza/Rio de Janeiro, Edições UFC/Tempo Brasileiro, 1982.

TETTEROO, Frei S., *Memória histórica e geográfica do município de Jequitinhonha*. Teófilo Otoni: Tipografia São Francisco, 1919.

THOMPSON, P. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WOORTMANN, K. Com parente não se negocia: o campesinato como ordem moral. In: *Anuário Antropológico*. Brasília, Editora UNB/ Tempo Brasileiro, 1987.

WORSTER, D. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambiente e Sociedade*, v. VI n. 1, jan./jul. 2003.